O CUSTO BILIONÁRIO DE UM PAÍS INSEGURO

Existe um imposto que não vem no contracheque nem na nota fiscal, mas é descontado todo mês de quem trabalha no Brasil. Ele mostra-se na câmera instalada no muro do seu prédio, no seguro do seu carro que sobe de ano a ano, na porta de aço reforçada depois do arrombamento ou no dia parado porque levaram sua ferramenta de trabalho. Você já paga tributo para o Estado garantir ordem, mas acaba tirando dinheiro do próprio bolso para tentar cobrir os prejuízos— ou para comprar de novo o que já era seu.

Um estudo do Inter-American Dialogue calculou esse peso em R$ 439,5 bilhões em 2025. Equivale a 3,5% do PIB e cerca de 2,8 vezes o orçamento anual do Bolsa Família. A conta junta gastos do poder público, segurança privada e perdas econômicas. Do total, cerca de 37% vai para forças de segurança, 22% para seguros e perdas materiais, 17% para custos judiciais e 14,5% (R$ 63,8 bilhões) só para segurança privada — o condomínio pagando vigilante, o comerciante contratando ronda, a família bancando o monitoramento.

O número é alto, mas incompleto: ficou de fora o prejuízo com estelionato e com a extorsão de moradores e comerciantes por facções, por falta de dados consistentes. A poupança de um aposentado levada num golpe ou a "contribuição" exigida para alguém abrir a porta do comércio não entram na estatística.

O estudo também mostra que o custo absoluto quase dobrou desde 1996 (quando era de cerca de R$ 220 bilhões, a preços de hoje), embora tenha caído como proporção do PIB (de 4,7% para 3,5%). Os homicídios também recuaram na última década. Isso não deixa a conta mais leve. Mesmo com esses avanços, 3,5% do PIB continua sendo um peso enorme — e desigual: em estados como Acre o valor chega perto de 9% do PIB estadual.

Cada mensalidade de segurança privada tira dinheiro de alguma outra necessidade: do estoque da loja, da obra da casa, do supermercado. O cidadão vai pagando essa fatura paralela para compensar uma proteção que falha, enquanto escuta de Brasília que o caminho passa pela próxima mudança institucional.

Foi nesse embalo que o governo Lula celebrou a aprovação da PEC da Segurança no Senado e retomou a promessa de criar mais um ministério. A proposta fala em integrar forças e ampliar recursos. Pode até ter pontos úteis, mas o erro é tratar aprovação de texto no Congresso como entrega na ponta. Quem fecha a loja com receio de encontrá-la arrombada na manhã seguinte não vive de promessa de estrutura; precisa de segurança na rua.

O Brasil já tem leis e ministérios demais. Criar mais burocracia sem dizer quais falhas serão corrigidas, soa como mais uma engrenagem pesada nas costas de quem paga imposto.

Enfrentar o crime passa por investigar quem dá as ordens, rastrear o dinheiro, tirar patrimônio de facções e impedir que presos continuem comandando ações de dentro das cadeias. Também exige que União e estados dividam informações sem transformar operação policial em disputa de vaidade por holofote. O governo federal já tem atribuições próprias hoje; empurrar a cobrança para o dia em que um novo ministro assumir só dá mais tempo para quem está lucrando com a desordem.

No fim, os R$ 439,5 bilhões mostram que segurança deve ser um assunto central para quem olha a economia. Antes de o brasileiro decidir onde gastar o que ganha, uma parte do dinheiro já está reservada para tentar se proteger. Criar mais um ministério em cima dessa conta não alivia ninguém. Quem paga esse preço espera ver o prejuízo diminuir — e ter um pouco de sossego para trabalhar e viver em paz. É o mínimo.

- **Conta bilionária:** A insegurança custou o equivalente a 3,5% do PIB em 2025. Só a segurança privada respondeu por R$ 63,8 bilhões.
- **Prejuízo oculto:** As perdas com estelionato e extorsão por facções ficaram fora do cálculo por falta de dados consistentes.
- **Segurança na rua:** A criação de um ministério não reduz por si só os prejuízos. Investigar chefes de facções, rastrear dinheiro, apreender patrimônio e integrar as forças de segurança são medidas para enfrentar o crime.

